



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DO QUADRO RESERVA PARA O CARGO ESPECIALISTA PENITENCIÁRIO EM DIREITO TEMPORÁRIO DA UNIDADE PRISIONAL DA CIDADE DE PINHEIRO/MA.

EDITAL N.º 81/2016

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, torna pública para conhecimento dos interessados, a abertura das inscrições para o processo seletivo simplificado do CARGO ESPECIALISTA PENITENCIÁRIO EM DIREITO Temporário com formação de cadastro reserva, para a cidade de Pinheiro/MA.

Compreende-se como processo seletivo simplificado: a inscrição, a classificação nas etapas e assinatura do contrato de prestação de serviços para o exercício de suas atribuições.

1 - DAS VAGAS DE CADASTRO RESERVA

1.1. Os candidatos inscritos no Processo Seletivo estarão concorrendo às vagas de cadastro reserva para a Unidade Prisional da cidade de Pinheiro/MA da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão.

1.2. De acordo com a necessidade da SEJAP, os candidatos poderão ser alocados em outras Unidades da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão;

1.3. O Processo Seletivo Simplificado, regido pela Lei Estadual nº 6.915 de 1997 e suas atualizações e por este Instrumento Convocatório, não se constitui em concurso público de provas ou de provas e títulos, como previsto no inciso II do artigo 37 da Constituição da República, nem a este se equipara para quaisquer fins ou efeitos.

1.3.1. O processo seletivo simplificado é regido também pela Lei nº 10.293/2015, que dispõe sobre a criação desses cargos.

2 – DO REQUISITO DO CARGO DE ESPECIALISTA PENITENCIÁRIO EM DIREITO

2.1. São requisitos para ser provido no cargo temporário de Especialista Penitenciário em Direito:

2.1.1. Ter sido aprovado no processo seletivo;

2.1.2 Ser brasileiro nato ou naturalizado e no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo de direitos políticos, na forma do artigo 13 do Decreto Federal n.º 70.436, de 18 de abril de 1972;

2.1.3 Gozar dos direitos políticos;

2.1.4. Estar em dia com as obrigações eleitorais;

2.1.5. Estar quite com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

- 2.1.6. Ter 18 anos completos na data da inscrição;
- 2.1.7. Possuir idoneidade e conduta ilibada, a ser aferida em investigação social;
- 2.1.8. Não ter sido demitido a bem do serviço público e não ter sido demitido das Instituições Militares ou Forças Congêneres;
- 2.1.9. Não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- 2.1.10. Não possuir registro de antecedentes criminais;
- 2.1.11. Ter aptidão para o exercício das atribuições do cargo;
- 2.1.12 São requisitos específicos para contratação no cargo de **Especialista Penitenciário – Jurídico**, além do já previsto nos itens 2.1.1 a 2.1.11, possuir nível superior de bacharelado no curso superior em Direito em Instituição Credenciada pelo MEC e possuir registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

2.2. As atribuições dos cargos especialista penitenciário em Direito constam no ANEXO – I:

2.3 Da remuneração, jornada de trabalho e prazo de vigência do contrato,

2.3.1. Da remuneração:

2.3.1.1. A remuneração total do cargo a que concorrem os candidatos é de R\$ 3.000,00 (três mil Reais) para o cargo de Especialista Penitenciário em Direito, conforme tabela abaixo:

| REMUNERAÇÃO | CARGO |
|-------------------------------|---------------------------------------|
| R\$ 3.000,00 (três mil Reais) | Especialista Penitenciário em Direito |

2.2.1.2. As remunerações são compostas pelo subsídio da categoria, já acrescidos das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias estabelecidas em lei.

2.2.2. Jornada de trabalho:

2.2.2.1. A jornada de trabalho é de 30 (trinta) horas semanais.

| JORNADA | CARGO |
|-----------------------------------|---------------------------------------|
| 30 (trinta) horas semanais | Especialista Penitenciário em Direito |

2.2.3. Prazo de contratação:

2.2.3.1. O prazo de contratação é de 12 (doze) meses, para todos os cargos, a contar da data de formalização do contrato administrativo de prestação de serviços, podendo ser prorrogado conforme a legislação vigente.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente pela internet, no site da SEJAP (www.sejap.ma.gov.br), durante o horário das **08 horas do dia 15 de abril de 2016 às 23 horas e 59 minutos do dia 01 de maio de 2016 (horário local)**.

3.2. Não serão aceitas inscrições fora do prazo fixado no item 3.1, acima.

3.3. Será permitida apenas uma inscrição por candidato.

3.4. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e que possui aptidão para o exercício das atribuições, deveres e obrigações do cargo pleiteado.

3.4.1. No momento da inscrição o candidato deverá preencher os requisitos exigidos no item 2.1.

3.5. A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária não se responsabilizará por inscrições via internet não recebida por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.6. O candidato somente terá a sua inscrição efetivada após a finalização no preenchimento da ficha de inscrição com a devida impressão do comprovante.

3.7. As informações prestadas no ato da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a SEJAP do direito de excluir do presente processo seletivo qualquer candidato, desde que constatada falsidade em qualquer declaração e/ou documentos apresentados, sendo cancelados ou anulados todos os atos decorrentes, respondendo ainda seu autor na forma da lei.

3.8. A inscrição implica o conhecimento e tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sob nenhuma hipótese.

3.9. O candidato poderá modificar as informações da sua ficha de inscrição até o dia designado para o encerramento das inscrições.

3.10. Não será cobrado nenhum valor a título de taxa de inscrição.

4- DO PROCESSO SELETIVO

4.1. A seleção para o cargo de que trata este edital constará das seguintes fases:

| FASE | DESCRIÇÃO | CRITÉRIO |
|----------------|---|--------------------------------|
| 1 ^a | Análise curricular | ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO |
| 2 ^a | Comprovação de idoneidade e conduta ilibada na vida pública e | ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO |



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

| | | |
|--|---|--|
| | na vida privada (investigação social). | |
|--|---|--|

4.1.1. Primeira Fase: Análise curricular:

4.1.1.1. Avaliação curricular com base na ficha preenchida no site www.sejap.ma.gov.br;

4.1.1.2. Entrega de documentação comprobatória dos requisitos exigidos no subitem 2.1, ocorrerão no prazo e local estabelecido pelo Edital de Convocação, a ser divulgado no site www.sejap.ma.gov.br.

4.1.1.3. A entrega da documentação será feita através de envelope fechado, devidamente identificado pelo candidato com seu nome e número de inscrição, contendo cópia da documentação a ser entregue.

4.1.1.4. Os documentos entregues no ato da convocação ficarão em posse da Comissão do Processo Seletivo, que os manterá pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data da homologação do resultado do seletivo, nos termos da legislação vigente.

4.1.1.5. O Edital de convocação será publicado no site da SEJAP.

4.1.1.6. O candidato será eliminado na primeira fase do certame caso não apresente qualquer documentação referente ao item 2.1 ou anexo II e III, conforme pontuação, do presente Edital.

4.1.1.7. Para a realização da Primeira fase, serão convocados os candidatos inscritos no processo seletivo, obedecendo-se:

- a) A ordem decrescente de pontuação;
- b) Os critérios de desempate que constam no item 6.

4.1.2. Segunda Fase: Comprovação de idoneidade e conduta ilibada na vida pública e na vida privada (investigação social).

4.1.2.1. A Segunda Fase, possui caráter eliminatório e classificatório, será realizada por meio de investigação social e procedimento administrativo disciplinar por meio do serviço de inteligência da SEJAP/MA.

4.1.2.2. Os Candidatos convocados à segunda fase deste processo seletivo simplificado serão submetidos a um processo de Comprovação de idoneidade e conduta ilibada na vida pública e na vida privada (investigação social), de caráter eliminatório, de responsabilidade do serviço de inteligência da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão. Para tanto, essa agência responsável pela Investigação Social poderá obter elementos informativos de quem os detenha, realizar diligências, obter dados de registros e documentos sem prejuízo de outras investigações que a qualquer tempo se fizerem necessárias.

4.1.2.3. Os demais candidatos que não forem encaminhados à Investigação Social, serão considerados como eliminados deste Processo Seletivo.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

4.1.2.4. O quantitativo de candidatos encaminhados à Investigação Social poderá ser ampliado de acordo com a necessidade de atendimento da Unidade Administrativa/SEJAP demandada a época da convocação.

4.1.2.5. Serão analisados os seguintes fatores de não recomendação:

- a) Prática de ato de deslealdade às instituições constitucionais e administrativas;
- b) Possuir qualquer espécie de registro policial ou judicial no qual figure como autor de ilícito penal, ressalvados os casos de absolvição com sentença penal transitada em julgado que reconheça estar provada a inexistência do fato; não constituir o fato infração penal; estar provado que o réu não concorreu para a infração penal ou não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal, e os casos de extinção de punibilidade especificados pelos incisos II a VI e IX do art. 107 do CPB;
- c) Práticas, em caso de servidor público ou no exercício de função pública, de transgressões disciplinares e/ou ter tido o contrato de serviço encerrado antes do prazo, seja por motivo disciplinar, seja por falta de interesse público;
- d) Manifestação de desprezo e desrespeito às autoridades e a atos da administração pública;
- e) Prática de ato que possa importar em repercussão social de caráter negativo ou comprometer a função de segurança dos sistemas prisional e socioeducativo;
- f) Uso ou dependência de drogas ilícitas e/ou dependência de drogas lícitas;
- g) Vínculo com entidade ou organização legalmente proibida;
- h) Habitualidade em descumprir obrigações legítimas, salvo motivo devidamente justificado;
- i) Demissão da função pública ou destituição de função em comissão em órgão da Administração Direta e Indireta, nas esferas Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, por falta a deveres éticos, disciplinares, morais ou da probidade no serviço público;
- j) Prestar declaração falsa, apresentar documento falso, ou omitir informação relevante sobre sua vida pregressa;
- k) Ter, em caso de ex-servidor, avaliação de desempenho insatisfatória;
- l) Relacionamento ou exibição em público com pessoas de notório e desabonadores antecedentes criminais.

4.1.2.6. A constatação, a qualquer tempo, de registro em desfavor do candidato, relacionado aos fatores de inaptidão especificados no subitem 4.1.2.6. do presente Processo Seletivo Simplificado, ocasionará a sua eliminação deste processo e/ou sua rescisão contratual.

4.1.2.7. Declarações falsas ou inexatas no fornecimento de dados para efeitos de comprovação de idoneidade, bem como apresentação de documentos falsos, em qualquer hipótese determinarão o cancelamento da inscrição no Processo Seletivo Simplificado e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis e rescisão contratual se já contratado.

4.1.2.8. Após concluída essa Etapa, o Serviço de Inteligência encaminhará o resultado da Investigação Social para que seja divulgado o resultado.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

4.1.2.9 A SEJAP divulgará o resultado dos candidatos com parecer de RECOMENDADO ou NÃO RECOMENDADO no site da www.sejap.ma.gov.br.

4.9. A classificação final dos candidatos ao Cadastro Reserva, com suas respectivas pontuações, segundo a ordem decrescente de classificação, será divulgada no site da www.sejap.ma.gov.br.

4.10. A nota do candidato será o somatório dos pontos obtidos em relação à sua qualificação profissional.

4.11. Os critérios de avaliação da pontuação relativa à qualificação profissional constam no **ANEXO II** desde Edital.

4.12. Em caso de dúvida com relação à inscrição, entrar em contato com a Central do Processo Seletivo.

5 - DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

5.1. Por ocasião da necessidade de contratação, a SEJAP convocará o quantitativo de candidatos considerados aptos para o preenchimento das vagas abertas na unidade da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão.

5.2. Os candidatos convocados para contratação deverão apresentar os documentos constantes do item 08 – Da Contratação e nos subitens subsequentes.

6- DO DESEMPATE

6.1. Os candidatos serão classificados, respectivamente, considerando os seguintes critérios:

- a) Maior pontuação atribuída em experiência profissional na área prisional
- b) O último critério de desempate será o candidato com maior idade, considerando-se ano, mês e dia do seu nascimento.

7- DOS RECURSOS

7.1. Os pedidos de recurso deverão ser redigidos através da internet no site: www.sejap.ma.gov.br e poderão ser interpostos em dois momentos: no prazo de 48 horas da divulgação da classificação na primeira fase e na divulgação da classificação da segunda fase.

7.2. Os pedidos que não obedecerem aos itens 7.1 serão desconsiderados.

7.3. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo, bem como aqueles cujo teor desrespeite a Comissão Coordenadora serão liminarmente indeferidos.

7.4. Todos os recursos serão analisados e estarão à disposição dos candidatos para conhecimento no site da SEJAP.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

7.5. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão das decisões proferidas em recursos.

7.6. Os recursos porventura advindos da segunda etapa serão recebidos apenas no efeito devolutivo, para não prejudicar a conclusão célere de todo o processo seletivo simplificado.

7.7. Caso haja procedência de recurso interposto, poderá eventualmente alterar a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou ainda poderá ocorrer à desclassificação de candidato que não obtiver classificação dentro do quantitativo convocado.

8 - DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação em caráter temporário dar-se-á mediante assinatura de Contrato Administrativo, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, entre a SEJAP e o profissional contratado, observando-se os prazos dispostos no art. 4º da Lei nº 6.915, de 11 de abril de 1997.

8.1.1. Será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que não comprovar as declarações feitas na ficha de inscrição referente à qualificação profissional, não apresentar os documentos exigidos ou não preencher todos os requisitos deste Edital.

8.1.2. A não recomendação na investigação social implicará na exclusão do candidato do processo seletivo.

8.2. Concluída esta etapa, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária convocará por meio de sua página na internet (www.sejap.ma.gov.br) os candidatos a participarem do curso de formação e firmarem contrato de prestação de serviços.

8.3. Para formalização do contrato, os candidatos deverão apresentar cópia simples dos documentos solicitados neste Edital, e estarem de posse dos respectivos originais, para conferência.

8.4. A SEJAP manterá banco de dados contendo a relação dos candidatos selecionados na Fase 1 pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, ficando a critério da Administração Pública a contratação dos candidatos, à medida que houver vagas.

8.5. De acordo com o artigo 37, inciso XVI, da Constituição da República Federativa do Brasil, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI do referido artigo.

8.6. No ato da contratação o candidato deverá apresentar:

a) Cópia acompanhada do original do Documento de CPF ou Carteira de Identificação com CPF;

b) Cópia acompanhada do original da Carteira de Identificação, RG;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

- c) Cópia acompanhada do original do comprovante de cadastramento no PIS/PASEP, se houver;
- d) Cópia acompanhada do original do Título de Eleitor;
- e) Cópia acompanhada do original do Certificado de Reservista ou CDI (Certificado de Dispensa de Incorporação), para os candidatos do sexo masculino;
- f) Cópia do Certificado de escolaridade acompanhado dos originais, compatível com o cargo pleiteado, conforme itens 2.1.12.
- g) Cópia acompanhada do original do Comprovante de Residência (conta de água, energia elétrica, ou telefone fixo) originais;
- h) Atestado de Antecedentes (expedido pelo Departamento de Polícia), da comarca de residência dos últimos 5 (cinco) anos;
- i) Certidão Negativa de Nada Consta (expedida pela Contadoria do Fórum da Comarca onde reside o candidato) com série e data de expedição;
- j) Certidão Negativa de Nada Consta da Justiça Federal;
- k) Declaração de próprio punho de que não acumula cargos;
- l) Certidão Negativa de Crimes Eleitorais e Certidão de quitação eleitoral;
- m) Certidão Negativa da Justiça Militar da União;
- n) Certidão Negativa de contas Julgadas Irregulares do Estado e da União;
- o) Atestado Médico Admissional, fornecido por médico especializado em Medicina do Trabalho;
- p) 02 (duas) fotos 3x4 recentes;

8.6.1. Caso o comprovante de residência não esteja no nome do candidato, este deverá apresentar algum documento que comprove ser a sua residência;

9- DA CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.

9.1. A cessação do contrato administrativo de prestação de serviços, antes do prazo previsto, poderá ocorrer:

- a) A pedido do **CONTRATADO**, com a antecedência mínima de trinta dias a outra parte;
- b) Pela expiração de sua vigência;
- c) A qualquer tempo, unilateralmente, pelo **CONTRATANTE**, por interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao **CONTRATADO** direito a indenização, nas seguintes hipóteses:



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

1. No caso do **CONTRATADO** cometer, ainda que em tese, fato tipificado como crime, sendo preso, ainda que provisoriamente ou, mesmo não havendo prisão, que seja indiciado em inquérito policial ou denunciado pelo Ministério Público;
2. Caso o **CONTRATADO** não mais atender a urgência justificadora da presente contratação, faltando, injustificadamente, por 03 (três) dias consecutivos ou 02 (dois) plantões em sequência. Ficará, também, extinta a avença em caso de faltas a 05 (cinco) dias, ainda que intercalados ou 03 (três) plantões não sucessivos, no período de 30 (trinta) dias.
3. Quando constatada a inexatidão, irregularidades da documentação, falsidade em qualquer declaração e/ou documentos apresentados no processo seletivo simplificado, verificadas a qualquer tempo;
- d) Pela inobservância de quaisquer de suas cláusulas, condições ou requisitos;
- e) Pela extinção da causa transitória que lhe deu ensejo;
- f) Pela superveniência de fatos ou adição de normas legais ou regulamentares, de ordem superior, que o tornem imaterialmente inexecutável;
- g) Quando o **CONTRATADO** incorre em falta disciplinar, independentemente de procedimento administrativo;

10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

10.1. Será designada pelo Secretário Estadual de Administração Penitenciária uma Comissão Coordenadora encarregada de examinar as proposições técnicas e realizar o processo seletivo.

10.2. É vedada a participação, neste Processo Seletivo, de parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau de membros da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.

10.3. O processo seletivo terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do resultado final, podendo ser prorrogado a critério da administração por igual período.

10.3.1 A retificação, a qualquer tempo, do Resultado Final, não acarretará em nova contagem de validade do processo seletivo.

10.4. Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções contidas neste Edital.

10.5. Todos os atos decorrentes deste Processo Seletivo serão publicados no site da SEJAP.

10.6. A inexatidão, a falsidade de declaração e as irregularidades da documentação, verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da contratação, acarretará a nulidade da inscrição com todas as suas consequências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.

10.7. O não comparecimento do candidato dentro do prazo previsto no edital e após convocado para a celebração do contrato de prestação de serviços implicará na sua exclusão do processo seletivo, salvo nos casos de impedimento legal, justificado pelo candidato, que será analisado pela Comissão Coordenadora.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

10.8. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no site da SEJAP.

10.9. Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário de Estado de Administração Penitenciária, observados os princípios e normas que regem a Administração Pública.

São Luís/MA, 12 de abril de 2016

Murilo Andrade de Oliveira
Secretário de Estado de Administração Penitenciária



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

ANEXO I

DESCRIÇÕES DAS ATRIBUIÇÕES

**ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DO CARGO ESPECIALISTA
EM DIREITO**

- Planejar, executar, acompanhar e controlar as atividades de assistência técnico jurídica, respeitados os regulamentos dos serviços;
- Atendimentos jurídicos diretos, pessoais e individualizados aos presos, egressos e reeducandos;
- Planejar, executar e avaliar programas de individualização da pena, visando ações de execução e tratamento penal
- Executar outras atribuições que lhe forem correlatas;
- Realizar entrevista inicial para classificação e elaboração do plano individual de ressocialização do preso;
- Realizar atendimentos de rotina, urgência e emergência, efetuando os encaminhamentos necessários;
- Orientar os presos quanto o cumprimento das saídas temporárias no que se refere a finalidade do benefício;
- Orientar o pré-egresso e o egresso quanto as instituições próprias visando a reinserção social;
- Articular com os demais setores da unidade a fim de proporcionar a ressocialização do preso;
- Executar serviços técnico-jurídicos em geral, com suporte jurídico às unidades administrativas prisionais;
- Preencher formulários, redigir e registrar a evolução nos respectivos prontuários os atendimentos prestados aos presos, bem como alimentar, de forma padronizada e com vocábulo jurídico adequado, o sistema de informação prisional;
- Participar da Comissão Técnica de Classificação;
- Programar e executar as propostas apresentadas no Plano Individual de Ressocialização, acompanhando a evolução do preso;
- Elaborar relatórios e planilhas eletrônicas e a digitação de matéria relacionada à sua área de atuação quando solicitado;
- Analisar dados no Sistema de Informações Penitenciárias;
- Elaborar relatórios técnicos do preso para subsidiar os trabalhos da Comissão Técnica de Classificação e da Comissão Transdisciplinar;
- Elaborar e acompanhar a evolução do plano individual de atendimento indicando entre outros no caso do preso: crime cometido, imputação da pena, condições apriorísticas para progressão ou regressão de regime, potencializando o objetivo da reinserção social;
- Auxiliar tecnicamente a Comissão Técnica de Classificação na tutela da aplicação da progressão de regime e do princípio constitucional da individualização da pena;
- Elaborar relatório para informar à Comissão Disciplinar quando da ocorrência de fato que, em tese, configure falta leve, média ou grave pelo preso;
- Auxiliar tecnicamente a Comissão Disciplinar para possibilitar adequada classificação do fato ocorrido e a melhor disciplina da Unidade Prisional;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

- Realizar interlocução com o Defensor Público ou com o advogado constituído e, quando necessário, com outros órgãos competentes, cuidando para que o preso não reste carente de assistência jurídica;
- Auxiliar o Diretor da Unidade a prestar informações sempre que solicitado pelos órgãos públicos competentes;
- Atuar como auxiliar técnico administrativo da Assessoria Jurídica da SEJAP na Unidade Prisional, prestando informações jurídicas quando solicitado, facilitando a comunicação destas com aquela;
- Exercer outras atribuições correlatas de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais bacharéis em direito, que exijam formação de nível superior em conformidade com a OAB e Resoluções.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

ANEXO II
Critérios de Pontuação – Análise Curricular
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DO QUADRO
RESERVA PARA UNIDADE PRISIONAL DE PINHEIRO/MA.

CARGO: Especialista Penitenciário em Direito

| EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NA ÁREA | PONTUAÇÃO |
|---|--|
| <p>1. Tempo de serviço prestado no exercício de cargo, emprego ou função pública, na área de conhecimento/atuação/especialidade para a qual concorre, em órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, Estadual, Federal ou em empresa privada, comprovada por meio de Declaração do empregador, em papel timbrado, com carimbo, data e assinatura do responsável pela emissão da declaração e/ou cópia da Carteira de Trabalho (registro do(s) contrato(s) de trabalho e páginas de identificação do candidato na respectiva carteira de trabalho, foto e dados pessoais).</p> <p><u>*Não serão pontuadas experiências profissionais em atividade prisional já pontuado no item 2 (dois), em estágios, atividades informais, voluntariados bem como, participação em quotas de empresa.</u></p> | <p>Sem experiência = (0 ponto) Até 12 (doze) meses = (1,0 ponto) De 13 a 24 meses = (2,0 pontos) De 25 a 36 meses = (3,0 pontos)</p> |
| <p>2. Possuir experiência de trabalho em atividade prisional comprovada por meio de Declaração do empregador, em papel timbrado, com carimbo, data e assinatura do responsável pela emissão da declaração, e/ou Cópia de Carteira de Trabalho (registro do (s) contrato (s) de trabalho e páginas de identificação do candidato na respectiva carteira de trabalho, foto e dados pessoais).</p> <p><u>*Não serão pontuadas experiências profissionais em atividade prisional já pontuado no item 1 (um), em estágios, atividades informais, voluntariados bem como, participação em quotas de empresa.</u></p> | <p>Sem experiência = (0 pontos) Até 12 meses = (2,0 pontos) De 13 a 24 meses = (3,0 pontos) De 25 a 36 meses = (4,0 pontos)</p> |



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

| TÍTULOS/CURSOS NA ÁREA | PONTOS POR TÍTULO/CERTIFICADO |
|--|---|
| <p>3. Conclusão de cursos complementares na área de conhecimento/atuação/especialidade para a qual concorre.</p> <p>O curso complementar somente será pontuado uma única vez;</p> <p>O certificado apresentado deverá conter carga horária de, no mínimo, 80 (oitenta) horas e não poderá haver acúmulo de certificados.</p> | <p>Sem certificado = 0</p> <p>Com certificado = 0,5 ponto</p> |
| <p>4. Certificado de Conclusão de curso de pós-graduação lato sensu com carga horária mínima de 360 horas.</p> | <p>Sem certificado = 0</p> <p>Com certificado = 0,5</p> |
| <p>5. Certificado de Conclusão de curso de pós-graduação stricto sensu – Mestrado com carga horária mínima de 780 horas.</p> | <p>Sem certificado = 0</p> <p>Com certificado = 0,5</p> |
| <p>6. Certificado de Conclusão de curso de pós-graduação stricto sensu – Doutorado, com carga horária mínima de 1.200 horas.</p> | <p>Sem certificado = 0</p> <p>Com certificado = 1,5</p> |